



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Novembro de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em novembro de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

| | |
|-----------------|--------------------|
| Bolívia | 2 |
| Brasil | 4 |
| Colômbia | 9 |
| Equador | 11 |
| Guiana | 12 |
| Peru | 14 |
| Suriname | 16 |
| Venezuela | 18 |
| OTCA | 19 |

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de novembro de 2023, a Bolívia iniciou diversos programas nacionais voltados para a recuperação das áreas atingidas pelas fortes queimadas (criminosas e naturais) das semanas passadas. Os focos de incêndio diminuíram devido, em parte, à incidência de chuvas na região. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente e Água da Bolívia, foi registrada a redução de 8.000 para 193 focos de calor em todo o território do país [1]. Neste cenário de alívio, o presidente Luis Arce colocou em prática diversas ações nacionais com o objetivo de reparar os danos causados pelas queimadas e aumentar o cuidado da Amazônia boliviana.

Através do *Plan Integral Pos-Incendios*, o governo se comprometeu a reconstruir moradias e plantações afetadas [1]. Este plano envolve a coordenação de diversos atores, como o Ministério do Meio Ambiente e Água, responsável por elaborar políticas que incentivem o reflorestamento e a proteção de animais silvestres. Além disso, no dia 20 de novembro, foi lançado o *Plan Nacional de Forestación Pos-Incendios*, por meio do qual o governo destinará recursos econômicos para realizar as atividades previstas [2]. Já o Ministério da Defesa continua envolvido em atividades de ajuda humanitária, como a entrega de alimentos não perecíveis e rações secas [3].

No que se refere à ajuda internacional para o combate dos incêndios, a Bolívia contou com o apoio da Venezuela e da França, que enviaram dezenas de bombeiros [1]. Por sua vez, o Ministério das Relações Exteriores da Bolívia organizou, no dia 20 de novembro, um encontro com embaixadores e representantes de Estado com o objetivo de coordenar ações conjuntas no combate aos incêndios. Além de Venezuela e França, outros países envolvidos nesses esforços foram Brasil, Espanha, Chile, Colômbia, Rússia, China e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esta reunião reforçou o compromisso dos países em cooperar para a proteção da Amazônia, “pela importância que ela representa para toda a humanidade”, segundo nota emitida pelo órgão [4]. Da parte da Bolívia, esta reunião representou uma forma de o Estado se comprometer em viabilizar e agilizar procedimentos técnicos de combate aos incêndios florestais, além de reforçar a cooperação internacional [4].

Outro encontro regional em que a pauta ambiental foi importante para a política externa boliviana foi a Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, que aconteceu no dia 23 de novembro, em Brasília.

Nesta reunião, a Bolívia levou como proposta a criação de um “Comando Conjunto”, que seria um mecanismo de coordenação para prevenir os desastres climáticos em nível regional. A chanceler da Bolívia, Maria Nela Prada, afirmou que esta proposta tem como objetivo enfrentar as consequências da crise climática “de maneira efetiva, unindo esforços”. Ainda acrescentou em sua fala um agradecimento “aos países que estão nos apoiando neste momento na luta contra os incêndios” [5]. A delegação boliviana também sugeriu uma participação expressiva de mulheres, jovens, povos indígenas e movimentos sociais no “Comando Conjunto”, para que se fortalecessem as ações do Consenso de Brasília (documento final da Cúpula de Presidentes da América do Sul, ocorrida em maio de 2023), assim como a integração regional [5].

Além disso, no dia 26 de novembro, aconteceu o encontro dos Ministros das Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), no âmbito da XIV Reunião de Chanceleres da OTCA. Esta reunião foi convocada com o objetivo de dar seguimento aos compromissos acordados na Cúpula de Presidentes da OTCA de agosto de 2023, na cidade de Belém. No encontro, foram aprovadas mais de 29 resoluções, entre elas propostas apresentadas pela delegação da Bolívia para a criação de um Mecanismo Amazônico para os Povos Indígenas e de redes de trabalho sobre água, florestas, ciência e tecnologia, desenvolvimento sustentável, entre outras. Além disso, a chanceler Maria Nela Prada destacou a necessidade de os países sul-americanos terem uma posição conjunta e coordenada sobre a Amazônia para apresentar durante a COP-28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, entre o final de novembro e o início de dezembro [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2023/11/reducen-considerablemente-los-focos-de-calor-en-el-pais-pero-el-gobierno-no-baja-la-guardia/>
- [2] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2023/11/gobierno-anuncia-plan-de-reforestacion-para-recuperar-los-bosques-en-el-pais/>
- [3] Disponível em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/seguridad/bolivia-no-registra-quemas-y-se-encamina-el-plan-posincendios>
- [4] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/11/20/12536/>
- [5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/11/23/12589/>
- [6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/11/26/12631/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

A agenda política do governo para a Amazônia foi marcada por dois eventos principais em novembro: o envolvimento de autoridades no imbróglio entre Venezuela e Guiana sobre a soberania da região de Essequibo (que integra o bioma amazônico) e a participação do presidente Lula na COP-28 do Clima, em Dubai. No caso de Essequibo, a tensão fronteiriça remonta a cerca de 200 anos e foi reaberta pelo presidente venezuelano Nicolás Maduro, no último dia 28 de outubro, quando anunciou um plebiscito, para o dia 3 de dezembro, a respeito da legitimidade da soberania da Guiana sobre o território, decidida por uma arbitragem internacional em 1889. [1]

No dia 9 de novembro, Lula participou de uma videoconferência com seu homólogo guianense, Irfaan Ali. O pleito da Venezuela não foi mencionado na nota do Palácio do Planalto sobre a reunião, que, em vez disso, destacou a disposição de Lula em estreitar uma cooperação entre Brasil e Guiana em infraestrutura, a fim de avançar a integração sul-americana. [2] Por sua vez, no dia 22 de novembro, Celso Amorim, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência, viajou para Caracas e se encontrou com Maduro, a fim de estimular uma negociação sobre o caso. [3] Segundo a imprensa, a convocação de um plebiscito ligou alertas no governo brasileiro de que uma vitória daria a Maduro uma licença para anexar Essequibo nos moldes da invasão russa à Crimeia, em 2014. [1]

Ainda no dia 22, o Brasil sediou, no Palácio do Itamaraty, a Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, convocada por meio de convite do Ministro de Defesa brasileiro, José Múcio, e do chanceler do país, Mauro Vieira, a seus homólogos. O evento buscou dar sequência à cúpula presidencial sul-americana realizada em 30 de maio, cujo documento final (“Consenso de Brasília”) estipulou a retomada de um processo de integração. A declaração final da reunião não menciona Essequibo, mas registra que a América do Sul deve ser uma região de cooperação, resolução pacífica de controvérsias, integridade territorial e não intervenção. [4] Em declaração à imprensa após a reunião, Mauro Vieira informou que o Brasil pediu aos governos de Venezuela e Guiana que busquem uma solução pacífica para o conflito entre os dois países. [5]

No dia 29, o Ministro da Defesa brasileiro, José Múcio, publicou uma nota em que anunciava que o país reforçaria sua presença militar na região Norte, especialmente

em Roraima, devido à crise provocada pelo plebiscito venezuelano e após pedido do senador Hiran Gonçalves (PP-RR). [5] No dia seguinte, o Itamaraty afirmou que estava acompanhando com preocupação o que chamou de crise diplomática entre Venezuela e Guiana. [5] A secretária de América Latina e Caribe do órgão, Gisela Padovan, salientou que o governo brasileiro considera o plebiscito como um “assunto interno” da Venezuela e que não caberia opinar sobre a sua realização. [5]

Entrementes, a presença de Ministros de Relações Exteriores sul-americanos em Brasília foi aproveitada, no dia 23 de novembro, para a realização da XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Esta reunião procurou dar sequência à cúpula presidencial da OTCA, realizada em agosto de 2023, cujo documento final (“Declaração de Belém”) estipulou uma revitalização da instituição. Na declaração emitida após a reunião, os ministros saudaram a reativação de comissões temáticas dentro da OTCA e exortaram a elaboração, por meio de um grupo de trabalho, de uma Estratégia Amazônica de Gestão de Risco de Desastres frente ao fenômeno El Niño. [6]

Cabe registrar que a OTCA criou uma comissão temática para lidar com segurança pública e crime transfronteiriço na Amazônia. A medida é positiva em face de um aumento da presença de facções criminosas brasileiras na região. Segundo relatório divulgado pelo Fórum de Segurança Pública, em 30 de novembro, 59% da população da Amazônia Legal vive em territórios com presença de organizações criminosas, especialmente o PCC e o Comando Vermelho. Em 2022, a taxa de mortes violentas foi 45% mais alta do que no restante do Brasil, enquanto a taxa de feminicídio foi 30,8% superior à média nacional. [7]

Ainda na dimensão regional, nos dias 16 e 17 de novembro, foi realizada a XVIII reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do Mercosul. A Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia Guajajara, ressaltou que os indígenas do continente são indispensáveis para a integração do Mercosul e devem ser sujeitos do processo. Parte da agenda prevê a formação de políticas públicas do Mercosul com a participação dos povos indígenas, além do estabelecimento de um grupo de trabalho para preparar a participação dos povos indígenas do bloco na COP 30, que acontecerá em Belém, no ano de 2025 [8].

Ainda sobre o Mercosul, em 28 de novembro, o Senado brasileiro aprovou a entrada da Bolívia no bloco. A medida, que ainda deve ser promulgada pelo presidente Lula, fará com que o bloco comercial passe a contar com um terceiro país amazônico, além de Brasil e Venezuela (suspensa desde 2017). O protocolo de adesão da Bolívia ao

Mercosul foi assinado em 2015, mas apenas neste ano foi votado pelas duas casas do Congresso brasileiro. [9] No ano passado, durante a eleição presidencial, Celso Amorim defendeu a aprovação da medida, salientando que a Bolívia é estratégica na integração sul-americana por ser o único país que integra os três grandes ecossistemas da região: Amazônia, Prata e Andes. [10]

Por sua vez, a viagem de Lula à COP-28 transcorreu entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro. A delegação brasileira no evento foi a maior entre todos os países, totalizando 1.337 pessoas, entre integrantes do Estado (400 pessoas, incluindo políticos das esferas federal, estadual e municipal, tanto do Executivo quanto do Legislativo) e da sociedade civil. [11] Em discurso proferido na abertura do evento, Lula reivindicou maiores ambições de governantes nos esforços contra as mudanças climáticas e uma descarbonização mais acelerada das economias. Citou a Amazônia ao lembrar que a região amarga uma das secas mais trágicas de sua história, mas que seu governo já conseguiu reduzir drasticamente o desmatamento da floresta e que pretende zerá-lo até 2030. [12]

Durante a cúpula, a delegação do governo brasileiro propôs a criação de um fundo (chamado por ora de “Florestas Tropicais para Sempre”) para financiar a conservação de florestas tropicais em 80 países, com a expectativa inicial de captar US\$ 250 bilhões em recursos de fundos soberanos. A proposta prevê pagamentos a países que mantiverem suas florestas tropicais em pé, com um valor fixo anual por hectare conservado ou restaurado. Os recursos dos países doadores seriam depositados em um organismo global, que faria a captação através da emissão de títulos de baixo risco e liberaria os pagamentos a partir da rentabilidade líquida dos investimentos do fundo. O Brasil defende que um país receptor deve ter mecanismos de alocação de recursos definidos e transparentes, direcionando-os às comunidades que preservam as florestas, e adotar um método confiável de medição do desmatamento. [13]

Além disso, no dia 30, quando estava em viagem ao Catar, Lula defendeu a criação de uma governança global para as questões climáticas com autonomia para os governos tomarem decisões sem passar pelos parlamentos. Nas suas palavras: “Se você toma uma decisão qualquer em benefício do mundo e ela tiver que votar internamente pelo seu Congresso Nacional, significa que ninguém vai cumprir. [...] Até hoje os EUA não cumpriram o Protocolo de Kyoto. [...] O Acordo de Paris não foi cumprido em quase nenhum lugar do mundo”. [14] Durante a COP-28, Lula voltou ao tema quando declarou o seguinte em evento de diálogo com a sociedade civil: “A gente tem que se preparar para

entender que ou nós construímos uma força democrática capaz de ganhar o poder Legislativo, o poder Executivo, e fazer a transformação que vocês querem, ou nós vamos ver acontecer o que aconteceu com o Marco Temporal. Querer que uma raposa tome conta do nosso galinheiro é acreditar demais.” [15] Lula se referia às pressões da bancada ruralista para fixar um marco temporal para a demarcação de terras indígenas, áreas importantes para a contenção do desmatamento que seriam enfraquecidas com a medida. Em reação, a Frente Parlamentar do Agronegócio emitiu uma nota em que acusou o presidente brasileiro de criminalizar a produção rural e enfraquecer a democracia. [16]

Além disso, ainda durante a COP-28, Lula anunciou que, após convite da Arábia Saudita, ingressará o Brasil na Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (OPEP+), na qualidade de país observador. O presidente brasileiro minimizou avaliações de que a participação em um cartel de petróleo era contraditória com o discurso de enfrentamento das mudanças climáticas. No seu entendimento, o Brasil entraria na OPEP+ para pautar a importância de se superar o uso de combustíveis fósseis e fomentar uma transição energética a partir dos recursos do petróleo. [17] Entretanto, o anúncio levou a Climate Action Network, uma rede de 1,3 mil ONGs de todo o mundo, a conceder o “antiprêmio” Fóssil do Dia ao Brasil, com críticas sobretudo ao Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e a pressões dentro do governo para se abrir uma nova fronteira de exploração de petróleo no mar da Margem Equatorial, próxima à Amazônia. [18]

Por fim, cabe registrar que Manaus seguiu sofrendo com o avanço de nuvens de fumaça neste mês, fenômeno que ocorre desde agosto, mas que teve o pico de poluição no dia 6 de novembro. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os sensores não conseguiam diferenciar fumaça e nuvens. Em declaração à imprensa, Karla Maria, pesquisadora do INPE, afirmou que nunca tinha visto um fenômeno com essas dimensões. Segundo a pesquisadora, a origem da fumaça são os estados do Maranhão e do Pará, uma consequência do padrão de circulação dos ventos da região. Contudo, haveria também uma dimensão política herdada do governo Bolsonaro, pois, ainda segundo a pesquisadora, no final do ano passado, alguns grupos aproveitaram a política de liberação do desmatamento para desmatar o máximo possível, deixando os restos para secar. Esta condição, somada ao El Niño deste ano, proporcionaram uma “combinação perfeita”, resultando em grandes queimadas e aumento da poluição atmosférica em Manaus [19].

Referências

- [1] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/11/20/plebiscito-na-venezuela-para-anexar-parte-da-guiana-acende-alerta-no-governo-brasileiro.ghtml>. Acesso em 01/12/2023.
- [2] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/presidente-lula-conversa-por-videoconferencia-com-o-presidente-da-republica-cooperativa-da-guiana>. Acesso em 01/12/2023.
- [3] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/11/22/amorim-viaja-a-caracas-em-meio-a-disputa-territorial-entre-venezuela-e-guiana.ghtml>. Acesso em 01/12/2023.
- [4] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/primeira-reuniao-sul-americana-de-dialogo-entre-ministros-da-defesa-e-das-relacoes-exteriores#decmalvinsa. Acesso em 01/12/2023.
- [5] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/crise-entre-venezuela-e-guiana-faz-brasil-reforçar-fronteira-norte.shtml>. Acesso em 01/12/2023.
- [6] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-da-xiv-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca. Acesso em 01/12/2023.
- [7] Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2023/11/30/Crime-organizado-cresce-na-Amaz%C3%B4nia-Legal-aponta-estudo>. Acesso em 06/12/2023.
- [8] Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/desafio-da-xviii-reuniao-de-autoridades-sobre-povos-indigenas-do-mercosul-e-aprofundar-participacao-indigena>. Acesso em 06/12/2023.
- [9] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/senado-do-brasil-aprova-entrada-da-bolivia-no-mercosul.shtml>. Acesso em 01/12/2023.
- [10] Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/presidente-bolivia-lula-fala-amazonia-integracao-latino-americana/>. Acesso em 01/12/2023.
- [11] Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/com-1-337-pessoas-delegacao-do-brasil-e-a-maior-da-cop-28-1.3287961>. Acesso em 01/12/2023.
- [12] Disponível em: <https://pt.org.br/confira-a-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-da-cop-28-em-dubai/>. Acesso em 01/12/2023.
- [13] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/12/01/brasil-apresenta-fundo-global-de-conservacao-de-florestas-com-previsao-de-captar-us250-bilhoes.htm>. Acesso em 01/12/2023.
- [14] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/cop28/noticia/2023/11/30/no-catar-lula-defende-governanca-global-para-o-clima-com-autonomia.ghtml>. Acesso em 01/12/2023.
- [15] Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/cop28-lula-cita-marco-temporal-e-compara-congresso-a-raposa-cuidando-do-galinheiro-02122023>. Acesso em 01/12/2023.
- [16] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/12/03/bancada-do-agro-reage-a-falas-de-lula-na-cop-criminaliza-producao-rural.htm>. Acesso em 01/12/2023.
- [17] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-nao-vai-apitar-nada-na-opep-diz-lula/>. Acesso em 01/12/2023.
- [18] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/12/04/brasil-vence-anti-premio-na-cop28-por-adesao-a-opep.htm>. Acesso em 01/12/2023.

[19] Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/11/07/encoberta-desde-agosto-manaus-teve-pico-de-fumaca-na-segunda-6-aponta-inpe.ghtml>. Acesso em 06/12/2023.

Colômbia

Por Isabella Pereira e Julia Furtado Reis

No dia 7 de novembro, o governo da Colômbia anunciou que o desmatamento na Amazônia caiu cerca de 70% em 2023 em relação a janeiro e setembro do ano passado, de acordo com dados do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais [1]. Todavia, a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, reforçou que, apesar de os dados serem encorajadores, existem locais de perda florestal crítica e indícios de possibilidade de aumento do desmatamento no último trimestre do ano, o que torna o trabalho de conservação fundamental. Nesse sentido, no dia 10 de novembro, foi lançado o programa “Conservar Paga”, que visa a expandir incentivos econômicos a quem se comprometer com a proteção e a preservação da Amazônia colombiana [2]. O programa federal tem como público-alvo os habitantes da região de Guaviare e Caquetá que tenham território na Amazônia e busca atingir 16 mil famílias [3].

Ainda visando à redução do desmatamento na Amazônia e à mitigação do impacto das mudanças climáticas, o governo colombiano lançou um fundo que disponibilizará cerca de US\$ 980 milhões até 2026 para proteger seus ecossistemas. Criado por meio de decreto do presidente Gustavo Petro, em 18 de outubro, o “Fundo para Vida e Biodiversidade” está pronto e entregará seus primeiros recursos até o final de 2023, de acordo com anúncio do governo colombiano feito em 17 de novembro [4]. O fundo será o principal mecanismo financeiro do Sistema Nacional Ambiental colombiano e financiará a adaptação do país às alterações climáticas, a contenção do desmatamento e o planejamento do acesso à água.

No entanto, algumas ações controversas da agenda energética e climática de Petro têm chamado a atenção. Em anúncio de 18 de novembro, durante uma visita a Caracas, o presidente colombiano anunciou a possibilidade de associação da Ecopetrol, estatal energética da Colômbia, à estatal venezuelana Petróleos de Venezuela (PDVSA) com o intuito de explorar gás e petróleo na Venezuela [5]. A afirmação vai de encontro à posição presidencial contrária à exploração de recursos fósseis no mundo, sobretudo no bioma amazônico, de onde parte dos mais de 700 mil barris diários produzidos pelo Estado

venezuelano são advindos. Tal fato, no entanto, não impediu o anúncio do governo colombiano [6].

A declaração levantou críticas pelo país devido às inconsistências políticas apresentadas pelo governo, não somente pelo compromisso interno de conservação ambiental e transição energética, mas também devido ao número de empregos que poderiam deixar de ser gerados na Colômbia e migrariam para o Estado venezuelano. Já o mandatário colombiano, por sua vez, entende a parceria como uma forma de garantir a segurança energética dos dois países, protegendo-os “de qualquer agravamento da crise climática e caminhando em direção ao que devem ser dois países com economias descarbonizadas” [7].

No dia 29 de novembro, o governo colombiano anunciou o “Portfólio de Ação Climática e Transição Energética e Socioecológica na Colômbia”, documento que será apresentado pelo presidente Gustavo Petro entre os dias 1 e 3 de dezembro na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-28), em Dubai. A estratégia de Petro é explorar oportunidades de cooperação e atrair apoio técnico e financeiro para os seguintes setores: meio ambiente e desenvolvimento sustentável, agricultura e desenvolvimento rural, comércio, indústria e turismo, minas e energia, e transporte [8].

O presidente espera promover um marco histórico na COP-28, que discutirá a criação do Fundo Mundial de Perdas e Danos causados pelas Mudanças Climáticas, o qual traria benefícios a muitos países em desenvolvimento e já possui apoio de países como Alemanha, França e Quênia. Além de apoiar o fundo, as outras duas ações-chave de Petro no evento serão o apoio tanto à troca de dívida externa por ação climática, quanto à redução gradual em direção à completa extinção do uso de combustíveis fósseis. Para esta última, Petro propõe que haja maior adesão a um tratado de não proliferação de combustíveis fósseis, que deve incluir um planejamento econômico.

Cabe ressaltar que estes são temas recorrentes na agenda externa do governo Petro para o clima, tendo posicionamentos similares sido adotados em outras conferências, como na Cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em agosto, e na Cúpula da Ação Climática, da ONU, em setembro. As ideias também já foram impulsionadas em outros fóruns internacionais, como na COP-27, nas Assembleias Gerais das Nações Unidas de 2022 e 2023 e na Cúpula sobre Novo Pacto Financeiro Global de 2023 [9].

Referências

- [1] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Deforestacion-en-la-Amazonia-se-ha-reducido-70-por-ciento-en-2023-231102.aspx>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-aumentara-incentivos-para-quienes-cuiden-la-selva-amazonica/>
- [3] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/le-contamos-quienes-podran-acceder-al-bono-de-900-mil-que-entregara-gobierno-nacional-826967>
- [4] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Listo-nuevo-fondo-que-movilizará-4-billones-de-pesos-en-proteccion-ambiental-231117.aspx>
- [5] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/gustavo-petro-anuncia-que-ecopetrol-seria-socio-de-empresa-de-petroleos-de-venezuela-PD23138601>
- [6] Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/08/26/Como-%C3%A9-a-explora%C3%A7%C3%A3o-de-petr%C3%B3leo-nos-pa%C3%ADses-da-Amaz%C3%B4nia>
- [7] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/economia/sectores/ecopetrol-los-puntos-a-favor-y-en-contra-en-alianza-con-pdvsa-de-venezuela-827337>
- [8] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Portafolio-de-oportunidades-para-inversion-en-accion-climatica-en-Colombia-presentara-presidente-Petro-en-la-COP-231129.aspx>
- [9] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/presidente-gustavo-petro-ya-esta-en-dubai-con-sus-propuestas-para-combatir-cambio-climatico-HH23241710>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 14 de novembro [1], o governo equatoriano promoveu um evento para marcar o encerramento da primeira fase do Programa Integral Amazônico de Conservação de Bosques e Produção Sustentável – PROAmazônia, estabelecido em cooperação com organizações ambientalistas. O evento, realizado na comunidade Kichwa Shandia, localizada na Amazônia equatoriana, reuniu autoridades nacionais e internacionais, povos e nacionalidades indígenas e membros do *Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica* (MAATE) e do *Ministerio de Agricultura y Ganadería* (MAG) do Equador. O projeto conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo Verde para o Clima (GCF), do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) e do Plano de Ação REDD+ do Equador que, juntos, investiram mais de 53 milhões de dólares em um período de seis anos.

O aporte financeiro foi direcionado para ações de redução do desmatamento e da emissão de CO₂ no país e para a proteção florestal. As ações beneficiaram cerca de 79 mil pessoas, incluindo membros de comunidades indígenas, produtores agropecuários e governos autônomos. Os resultados iniciais do programa incluem: a atualização do Plano Integral Amazônico com o acréscimo de critérios de mudança climática e conservação, a capacitação de 807 pessoas e a transformação de 93 mil hectares para a produção sustentável. Patricia Serrano, Gerente do PROAmazônia, destacou que a implementação das ações também incorporou a “cosmopercepção” dos povos indígenas nas políticas de cuidado e manejo dos bosques, como forma de integrar o conhecimento ancestral à promoção do desenvolvimento sustentável do bioma.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/proamazonia-el-impacto-positivo-que-potencia-el-desarrollo-sostenible-en-ecuador#:~:text=La%20comunidad%20kichwa%20Shandia%20ubicada%20en%20la%20parroquia,Conservaci%C3%B3n%20de%20Bosques%20y%20Producci%C3%B3n%20Sostenible%20%E2%80%93%20PROAmazon%C3%ADa>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A disputa territorial com a Venezuela pela região de Essequibo foi o principal tema no que tange a governança amazônica do país em novembro, em meio à preparação de um plebiscito venezuelano sobre a soberania do território, a ser realizado em 3 de dezembro [1] [2]. Qualquer escalada das tensões que leve a um embate armado representaria um conflito na própria floresta. O cenário de guerra seria um “cenário verde”, na borda da Amazônia. Essa possibilidade implicaria um dano ambiental importante: se cada árvore é responsável por certa captura de gás carbônico da atmosfera, um conflito seria, em si, um potencial degradador físico da floresta.

A tensão não emergiu de forma abstrata. A região de Essequibo corresponde a praticamente 70% do território da Guiana e é habitada por cerca de 125 mil guianeses. O território faz parte do Maciço Guianês, formação geológica que possui riquezas minerais, como ouro, cobre, diamante, ferro, bauxita e alumínio. O argumento do presidente

venezuelano, Nicolás Maduro, é que a região de Essequibo faz uma fronteira natural entre Venezuela e Guiana. Além das riquezas citadas, reservas de petróleo vêm sendo descobertas na Guiana desde 2015 e, em outubro, foram anunciadas novas reservas, justamente em Essequibo [3]. A empresa ExxonMobil, encarregada da exploração, está no centro da disputa, pois, por ser uma empresa estadunidense, desperta desconfiança por parte do governo venezuelano. Surgiu, assim, um cenário potencial de guerra, cujo motivo é, além de outros, o petróleo.

Ironicamente, o imbróglio ocorre às vésperas da COP-28 do Clima, em Dubai [4]. As contradições do desenvolvimento econômico de um país do Sul se manifestam de forma clara neste caso. Por um lado, a descoberta do petróleo possibilita que a Guiana cresça de forma galopante, criando condições para maiores investimentos em outros setores da economia, além de possivelmente contribuir com a resolução de questões estruturais, como a insegurança alimentar. Por outro lado, a exploração de petróleo vem sendo tema de críticas no debate mundial, justamente por conta do consenso acerca da crise climática e da necessidade da transição energética. A exploração de petróleo parece emergir, assim, na “contramão” das necessidades globais presentes.

O presidente do país, Irfaan Ali, sustenta, em seu discurso, uma estratégia que envolve o aproveitamento da exploração do petróleo – que, no caso da Guiana, acontece sobretudo de forma *offshore* – e também a captação de recursos via mercado financeiro para créditos de carbono vendidos devido à conservação florestal. A intenção de Ali é mitigar as contradições entre a exploração de petróleo e a preservação ambiental [5]. A estratégia parece ter algum alinhamento com os interesses da ExxonMobil. O CEO da empresa, Darren Wood, ressaltou, na COP-28, o papel que o setor de óleo e gás pode cumprir como um vetor de financiamento para transições ecológicas [6]. Entrementes, uma opinião em favor da reformulação dos contratos entre ExxonMobil e Guiana vem crescendo, pelo menos por parte do partido de oposição *Alliance For Change* (AFC) [7]. De acordo com os críticos, o país poderia se beneficiar mais dos lucros petrolíferos. Inclusive, alguns dizem que a empresa controla o país, como é a opinião de Nicolás Maduro [8].

Entretanto, quando uma atividade petroleira avança, surgem contradições intrínsecas a este próprio avanço. A manutenção da área florestal na Guiana será um desafio perante o avanço econômico encabeçado pela atividade petroleira. Irfaan Ali anunciou um investimento de US\$ 200 milhões para incentivar a atividade agrícola realizada por jovens, justamente na região de Essequibo [9]. Em maio de 2023, a

Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou um relatório em que tratava da subnutrição infantil, quesito no qual a Guiana é campeã na América do Sul [10]. Os programas de incentivo à agricultura emergem, pois, para dar conta do problema da fome. Sendo assim, a renda petroleira pode, ao mesmo tempo, criar vetores negativos quanto à preservação ambiental, mas ao mesmo tempo proporcionar que o governo reduza o cotidiano degradante de um país subdesenvolvido. A dinâmica da economia política da Guiana parece guardar uma tensão cada vez maior, portanto, entre a exploração do petróleo, o avanço da fronteira agrícola e a preservação da Amazônia.

Referências

- [1] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/11/07/our-position-is-non-negotiable/>. Acesso em 04/12/2023.
- [2] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/agora-sim-vamos-recuperar-o-essequibo-diz-maduro-frente-a-guiana-vigilante/>. Acesso em 04/12/2023.
- [3] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k29pdkypxo>. Acesso em 04/12/2023
- [4] Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/events/conference/conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-mudanca-do-clima-unfccc-cop-28>. Acesso em: 04/12/2023.
- [5] Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/78/guyana>. Acesso em: 04/12/2023
- [6] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2z9vtJSuvAg>. Acesso em 04/12/2023.
- [7] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2023/11/18/govt-should-slap-exxon-with-financial-penalties-for-abusing-guyanas-oil-profits-afc> ; <https://www.kaieteurnewsonline.com/2023/11/18/citizens-would-erupt-in-massive-protest-for-renegotiation-if-exxon-updates-stabroek-block-resources-patterson/>. Acesso em 04/12/2023.
- [8] Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20230920/maduro-acusa-eua-de-usar-exxonmobil-para-exercer-controle-sobre-essequibo-30410953.html>. Acesso em: 04/12/2023.
- [9] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=waqCZDl_eGc&t=102s. Acesso em: 04/12/2023.
- [10] Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240073791>. Acesso em: 04/12/2023.

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Em novembro, houve a renúncia da chanceler do Peru, Ana Cecilia Gervasi, que foi substituída por Javier González-Olaechea Franco [1]. Em seu discurso de posse, no dia 7 de novembro, o diplomata expôs as principais diretrizes da política externa peruana

para sua gestão. Entre os pontos abordados, destacou a preservação da Amazônia e informou sua participação na reunião de chanceleres da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), realizada em Brasília, a fim de implementar os acordos celebrados na última cúpula presidencial, em agosto, que contou com a participação da presidente peruana, Dina Boluarte [2]. Durante sua fala, o novo chanceler expressou inquietação com relação às mudanças climáticas, destacando a importância da Amazônia como um recurso vital não apenas para o Peru, mas para o mundo [3].

Javier González-Olaechea Franco mencionou também sua preocupação com países que buscam ter presença na região amazônica do país e ressaltou a possibilidade de promoverem uma forma de “soberania internacional compartilhada”. Como evidência disso, citou uma tentativa antiga, por parte de outros países, em declarar a Amazônia como patrimônio de toda a humanidade. Como contraponto, retomou em seu discurso a importância de se respeitar as fronteiras soberanas reconhecidas sobre a Amazônia. Nesse sentido, deu ênfase na delimitação das fronteiras e na aplicação das leis nacionais para garantir o controle sobre a Amazônia, enfatizando o discurso da soberania nacional. Em resumo, o discurso denotou certo comprometimento de sua futura gestão com relação às questões ambientais, mas sem deixar de lado as dinâmicas geopolíticas envolvendo a região.

Em apresentação à Comissão de Relações Exteriores do Congresso acerca das Diretrizes da Política Externa Reforçada, Javier González-Olaechea Franco expôs os objetivos estratégicos e políticos do Estado em eixos temáticos e reforçou a questão amazônica como estratégica para o engajamento em assuntos multilaterais e globais. Assim, ratificou um “compromisso em vários fóruns especializados com a conservação da biodiversidade biológica e áreas naturais protegidas, assim como com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” [4]. Na sua equipe, o novo diretor da “Chancelaria Amazônia”, Iván Silva, iniciou suas atividades reforçando uma disposição à cooperação com as autoridades da região para intensificar a promoção econômica, turística e cultural [5].

Estas sinalizações indicam um aumento de relevância da região amazônica e de temas sustentáveis na atual política externa do Peru, no rol de tentativas do governo Boluarte em mostrar-se mais ativo nas relações internacionais. No quadro de ações, destaca-se o projeto “*Fortalecimiento de la gestión técnica y empresarial de la industria forestal maderable del Perú*”, desenvolvido através de uma parceria entre a embaixada do Peru no Japão, a Organização Internacional da Madeira Tropical (OIMT) e o Japão

(sede da OIMT), cujo governo destinará US\$ 180.000,00 para apoiar a indústria florestal madeireira peruana [6]. O projeto terá duração de 30 meses, com o objetivo de promover formalidade, eficiência e competitividade das empresas florestais que exportam produtos de madeira provenientes de fontes legais na Amazônia peruana. Esta iniciativa facilitará a interação entre as empresas madeireiras e os produtores florestais, refletindo na inserção nacional e internacional desses produtores. Entre outros benefícios que se espera do projeto, ressalta-se a melhoria na qualidade de vida da população amazônica, tendo em vista a promoção de produtos madeiráveis legais e o benefício à balança comercial com o aumento das exportações de origem amazônica.

Ademais, a cooperação internacional, no mês de novembro, também incluiu uma parceria cultural entre Peru e Colômbia. A embaixada do Peru na Colômbia apresentou uma exposição amazônica, materializando um laço cultural que une estes dois países [7].

Referências

- [1] Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2023/11/07/gonzalez-olaechea-jura-como-canciller-de-peru-orix/>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/863847-canciller-gonzalez-olaechea-expuso-lineamientos-de-su-gestion>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/864435-palabras-del-canciller-javier-gonzales-olaechea-con-ocasion-de-su-ceremonia-de-presentacion>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/874585-lineamientos-de-la-politica-exterior-reforzada-presentacion-del-senor-canciller-ante-la-comision-de-rr-ee-del-congreso-de-la-republica>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/875154-cancilleria-amazonas-refuerza-su-cooperacion-con-las-autoridades-para-la-promocion-economica-turistica-y-cultural-de-la-region>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/873976-mision-diplomatica-y-delegacion-peruana-gestionaron-aporte-de-japon-para-financiamiento-de-proyecto-de-la-industria-forestal-maderable>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/871610-embajada-del-peru-en-colombia-presenta-exposicion-amazonica-que-fortalece-los-lazos-culturales-entre-ambos-paises>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em abril de 2023, o governo do Suriname anunciou um plano para atrair investidores para a exploração de bauxita na região oeste do país, mais precisamente em Bakhuis. Chan Santokhi, presidente do Suriname, trabalha para a construção de

infraestruturas que permitam o escoamento do mineral extraído, principalmente por vias fluviais. A despeito da empreitada, os governantes pretendem manter a “imagem verde” do país e para isso não desejam que os potenciais investidores se envolvam com as comunidades locais. No mês de novembro, o governo iniciou uma chamada pública para investidores interessados [1].

No dia 16 de novembro, foi realizada a primeira Cúpula Saudita-CARICOM, em Riad, na Arábia Saudita. O Sultão Al-Marshad assinou um acordo que viabilizou ao bloco cerca de 2,5 bilhões de dólares através do Fundo Saudita para o Desenvolvimento (SFD). Por ser integrante da CARICOM, o Suriname também terá acesso a parte da quantia. Os investimentos possuem como principais finalidades o investimento em infraestrutura e no desenvolvimento sustentável, principalmente no que tange os créditos de carbono, segundo o próprio presidente Santokhi. Além disso, a exportação de água por parte do Suriname também é um interesse saudita [2].

No dia 17 de novembro, foi realizado um workshop pelo Ministério do Ordenamento do Território e Ambiente do Suriname (ROM) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Um dos objetivos foi a troca de experiências e pontos de vista sobre a aceleração do financiamento climático. Segundo o Ministro Marciano Dasai, é necessário que a economia tradicional do Suriname seja resiliente às questões climáticas e que seja convertida em uma economia de baixo carbono [3].

No dia 23 de novembro, uma reunião governamental tratou de assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável, alinhando essa meta ao combate à pobreza. O Ministro Marciano Dasai, junto com o Grupo de Trabalho para o Planejamento e Transformação do Setor Madeireiro, apresentou propostas que buscam tornar a exploração de madeira uma atividade sustentável. O presidente Santokhi enfatizou a necessidade de uma proposta final relacionada à estratégia de venda de crédito de carbono [4].

Por fim, no dia 24 de novembro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, visitou o Suriname. O motivo foi a comemoração do 48º aniversário de independência do país, ex-colônia holandesa. Além do simbolismo que reforça as relações entre Brasil e Suriname, o ministro encontrou-se com o presidente Santokhi e diversos temas foram discutidos, como por exemplo, a proteção da floresta amazônica [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.waterkant.net/suriname/2023/11/05/regering-doet-open-oproep-aan-potentiele-investeerders-bakhuis-gebied/>. Acesso em: 05/12/2023.
- [2] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2023/11/20/president-santokhi-merkt-tijdens-caricom-saoedi-arabie-top-veel-saoedische-interesse-voor-suriname/>. Acesso em: 05/12/2023.
- [3] Disponível em: <https://www.waterkant.net/suriname/2023/11/18/minister-dasai-suriname-moet-transformeren-naar-klimaatbestendige-economie/>. Acesso em: 06/12/2023.
- [4] Disponível em: <https://gov.sr/regeringsvergadering-legt-basis-voor-duurzame-voortgang-suriname/>. Acesso em: 06/12/2023.
- [5] Disponível em: <https://gov.sr/braziliaanse-minister-mauro-vieira-in-suriname/>. Acesso em: 06/12/2023.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em novembro de 2023, as agendas de política doméstica e externa da Venezuela estiveram concentradas na campanha para o plebiscito sobre a região do Essequibo, a ser realizado no dia 3 de dezembro. Além disso, houve menção à região amazônica apenas durante a participação da Venezuela na XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que aconteceu no dia 23 de novembro, em Brasília [1].

Em preparação para esta reunião, o vice-ministro para Temas Multilaterais do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores, Rubén Darío Molina, participou da 23ª Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica da OTCA, no dia 21 de novembro. Nessa ocasião, Molina reiterou a disposição da Venezuela em cooperar para a proteção da Amazônia e afirmou que o país tem avançado na agenda estabelecida em agosto, na Cúpula da Amazônia [2].

A XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA contou com a participação de Molina e do chanceler do Estado venezuelano, Yván Gil. O chanceler compartilhou, em suas redes sociais, que a participação da Venezuela na reunião buscou dar continuidade ao trabalho de preservação da Amazônia e de seus recursos naturais [3]. Segundo nota disponível no site do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE), a participação do chanceler na reunião demonstrou “o compromisso do governo bolivariano com o cumprimento do 5º Objetivo Histórico do Plano da Pátria,

impulsionado pelo presidente Hugo Chávez, de preservar a vida no planeta e salvar a espécie humana” [4].

Referências

[1] Disponível em: <http://otca.org/pt/declaracao-de-brasilia-xiv-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica/>

[2] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/11/21/venezuela-reitera-en-brasil-su-compromiso-con-la-proteccion-de-la-amazonia/>

[3] Disponível em:

https://twitter.com/yvangil/status/1727710700926099646?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1727710700926099646%7Ctwgr%5Ee9916c817698c267685aa3fe361e42a7a226cd2c%7Ctwcon%5Es1 &ref_url=https%3A%2F%2Fmppre.gob.ve%2F2023%2F11%2F23%2Fcanciller-yvan-gil-reitera-desde-brasil-compromiso-de-venezuela-con-la-preservacion-de-la-amazonia%2F

[4] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/11/23/canciller-yvan-gil-reitera-desde-brasil-compromiso-de-venezuela-con-la-preservacion-de-la-amazonia/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 6 de novembro [1], foi realizado um evento em Caracas, na Venezuela, organizado pelo Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo e pela OTCA, sobre gestão integrada de águas amazônicas. Como parte do ciclo de Workshops Nacionais de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) do Projeto Bacia Amazônica, o objetivo da ação é preparar agentes do governo e da sociedade civil para a execução de ações estratégicas previstas no PAE, além de fortalecer a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e a adaptação das instituições locais frente às mudanças climáticas. Os workshops também contam com um treinamento de gênero e incluem aspectos culturais e educacionais locais relevantes para a promoção do conhecimento e o desenvolvimento do tema da água na região.

No dia 10 [2], a Secretária-Geral da OTCA, Alexandra Moreira, participou do 26º Fórum dos Governadores da Amazônia Legal em Manaus, no Brasil. O evento discutiu o envolvimento e o protagonismo de entidades subnacionais no processo de conservação e no desenvolvimento sustentável da Amazônia. A iniciativa dialoga com a Declaração de Belém e a proposta de criação do Fórum de Cidades Amazônicas como um caminho para estreitar a parceria entre a OTCA e os governos locais. Como parte dos eventos preparatórios para a COP-28, o Fórum também sugeriu ações para o fortalecimento da

cooperação entre autoridades estaduais e municipais dos Estados que compõem a OTCA, principalmente em áreas fronteiriças.

Durante a XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do TCA, em 23 de novembro [3], chanceleres dos 8 países amazônicos aprovaram 29 novas resoluções. Presidida por Mauro Vieira, Ministro de Relações Exteriores do Brasil, as autoridades traçaram estratégias em prol do desenvolvimento sustentável e da preservação da Amazônia, com foco na saúde das populações locais, no combate à exploração ilegal de madeira, na promoção da ciência e da tecnologia e na melhoria das condições de vida das famílias. Na reunião, que deu continuidade às tratativas da Cúpula de Belém, a Secretária-Geral da OTCA destacou que, para além das discussões sobre transição energética, era tecnológica digital e era biológica, é importante garantir serviços básicos e obrigações sociais e econômicas para os povos que vivem na floresta. As autoridades presentes também pontuaram a continuidade da cooperação regional como um aspecto central para a construção de uma agenda comum para o uso sustentável dos recursos da Amazônia.

Após a Reunião de Ministros, em 24 de novembro [4], foi publicada a Declaração de Brasília, que formalizou as resoluções aprovadas e as últimas atividades da OTCA, tais como: o acolhimento dos mandatos presidenciais contidos na Declaração de Belém, a reativação das Comissões Especiais, a criação da Comissão de Segurança Pública e Crimes Transfronteiriços e a realização da Primeira Reunião da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, em 22 de novembro. A Declaração ainda pontuou a preocupação dos Ministérios com a grave seca na Amazônia, provocada pelo fenômeno El Niño, e o compromisso com a implementação do Acordo de Paris. No final, o documento anunciou a XV Reunião de Ministros Exteriores da OTCA, que será realizada em Paramaribo, no Suriname, no ano que vem.

Referências

- [1] Disponível em: <http://otca.org/pt/venezuela-celebra-esta-semana-o-workshop-nacional-de-implementacao-do-pae-para-abordar-a-gestao-integrada-e-sustentavel-da-bacia-amazonica/>
- [2] Disponível em: <http://otca.org/pt/secretaria-geral-da-otca-promove-cooperacao-e-desenvolvimento-local-no-26o-forum-de-governadores-da-amazonia-legal/>
- [3] Disponível em: <http://otca.org/pt/xiv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-aprova-29-resolucoes/>
- [4] Disponível em: <http://otca.org/pt/declaracao-de-brasilia-xiv-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica/>